

Volume

31/1

ICH - UFPel



# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**Acervos: Diferentes suportes de memória**

**Reitoria**

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

**Instituto de Ciências Humanas**

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –  
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

Membros do NDH:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

*Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes*

*Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas*

*Prof. Dra. Márcia Janet Espig*

Técnico Administrativo:

*Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos  
Educacionais*

*Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração*

**História em Revista - Publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**

*Comissão Editorial:*

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

*Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes*

*Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck*

*Profa. Dra. Márcia Janet Espig*

*Prof. Dr. Jornas Vargas*

*Paulo Luiz Crizel Koschier*

*Conselho Editorial:*

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,  
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

*Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -  
Marília)*

*Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)*

*Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)*

*Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)*

*Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha  
(UNICAMP)*

*Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)*

*Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)*

*Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal  
de Uberlândia)*

*Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)*

*Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)*

*Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa*

*Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,  
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)*

*Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)*

*Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de  
Coimbra)*

*Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)*

*Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade  
de Évora)*

*Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade  
do Minho)*

*Profa. Dra. Maria Silvia Di Liscia (Universidad Nacional  
de La Pampa – AR)*

*Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto  
Hurtado – Chile)*

*Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)*

*Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de  
Buenos Aires).*

*Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)*

*Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)*

*Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)*

*Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)*

*Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)*

*Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)*

*Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)*

*Editora: Lorena Almeida Gill*

*Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de  
História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill  
(NDH-UFPEL) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso  
(Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural  
Santa Casa Porto Alegre)*

*Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier*

*Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do  
NDH-UFPEL. Fonte: Núcleo de Documentação  
Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner*

*Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva  
(FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS);  
Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira  
(UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia  
Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do*

Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Leticia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maira Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo-RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)

### Editora e Gráfica Universitária

#### Conselho Editorial

*Presidente do Conselho Editorial:* Ana da Rosa Bandeira

*Representantes das Ciências Agrárias:* Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra:* Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

*Representantes da Área das Ciências Biológicas:* Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

*Representantes da Área das Engenharias:* Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências da Saúde:* Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

*Representantes da Área das Ciências Humanas:* Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

*Representantes da Área das Linguagens e Artes:* Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

*Seção de Pré-Produção* – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

*Seção de Produção*

*Preparação de originais* – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

*Catálogo* – Madelon Schimmelpfennig Lopes

*Revisão textual* – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

*Projeto gráfico e diagramação* – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

*Coordenação de projeto* – Ana da Rosa Bandeira

*Seção de Pós-Produção* – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

*Projeto Gráfico & Capa* – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS  
Fone: (53) 98115-2011

*Edição:* 2026/1  
ISSN – 2596-2876

*Indexada pelas bases de dados:* Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

### UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

*e-mail:* historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907

## O ACERVO DO SNI NO ARQUIVO NACIONAL COMO FONTE PARA UMA HISTÓRIA LOCAL DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA

### THE SNI COLLECTION AT THE NATIONAL ARCHIVES AS A SOURCE FOR A LOCAL HISTORY OF THE BRAZILIAN BUSINESS-MILITARY DICTATORSHIP

#### **Cleverton Luis Freitas de Oliveira**

Professor da rede municipal de Canoas/RS. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Tem interesse de pesquisa em temas relacionados à ação política empresarial durante a ditadura de segurança nacional, sobretudo no Rio Grande do Sul, bem como outros temas acerca do período.

E-mail:  
cleverton.historia@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo propõe reflexões teórico-metodológicas sobre o uso do acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) como fonte para a pesquisa da história da ditadura empresarial-militar brasileira (1964 - 1988) com recorte geográfico local. Seu objetivo é discutir a viabilidade, a pertinência e os cuidados metodológicos necessários à tal pesquisa. Inicialmente, apresenta-se questões que deram origem às reflexões. Em seguida, são expostos a estrutura e os métodos do Sistema Nacional de Informações (SisNI), cujos órgãos produziram o referido acervo, tecendo-se comentários a respeito dos cuidados metodológicos adequados. Para desenvolver as questões de forma prática, foram escolhidos três dossiês do acervo do SNI, tratando de relações entre empresários, administradores públicos locais e integrantes do alto escalão da ditadura. Conclui-se que o acervo do SNI é uma fonte rica para a história local da ditadura, desde que sua análise seja feita com rigor metodológico e espaço para dúvidas.

**Palavras-chave:** Serviço Nacional de Informações; Ditadura empresarial-militar; Acervo; História local.

**Abstract:** This article proposes theoretical and methodological reflections on the use of the collection of the National Information Service (SNI) as a source for researching the history of the Brazilian business-military dictatorship (1964-1988) from a local geographic perspective. Its aim is to discuss the feasibility, relevance, and methodological precautions necessary for such research. The paper begins by presenting the questions that gave rise to these reflections. It then outlines the structure and methods of the National Information System (SisNI), the network of agencies responsible for producing the aforementioned collection, followed by comments on the appropriate methodological considerations. To develop these issues in a practical manner, three dossiers from the SNI collection were selected, dealing with relationships between business leaders, local administrations, and members of the dictatorship's upper echelon. The study concludes that the SNI collection constitutes a valuable source for researching the local history of the dictatorship, provided that its analysis is conducted with methodological rigor and openness to uncertainty.

**Keywords:** National Information Service (SNI); business-military dictatorship; collection; local history.





O presente artigo propõe reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa histórica no acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), resguardado pelo Arquivo Nacional. Seu objetivo é discutir a viabilidade, a pertinência e os cuidados metodológicos necessários ao uso de documentos do referido acervo como fontes para a pesquisa da história da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1988) com recorte geográfico local.

As reflexões aqui desenvolvidas foram levantadas no contexto de duas pesquisas, que recorreram aos documentos do acervo como parte de suas fontes primárias. A primeira delas baseou a elaboração da tese de doutorado do autor, que investigou as articulações entre empresários, políticos e militares na direção da ditadura em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, em seus períodos de constituição (1964-1968) e consolidação (1969-1974), conforme a cronologia estabelecida por Adriano Codato (2005, p. 86). Posteriormente, o autor deste artigo elaborou o relatório da comissão sindical da verdade *Luiz Laurino*, da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande - APROFURG, seção sindical do ANDES-SN<sup>1</sup>. Baseado na análise de oitenta e um dossiês do acervo do SNI, esse relatório versou sobre formas de vigilância e perseguição política sofridas por estudantes, docentes e técnicos(as) da Fundação Universidade do Rio Grande - FURG registradas pelos órgãos de informações, além de análises desses órgãos sobre a administração da Instituição, entre a criação da Universidade em 1969 e a promulgação da nova Constituição, em 1988.

A primeira questão que orienta as reflexões aqui descritas diz respeito à adequação do acervo do SNI para uma investigação histórica com recorte geográfico local. O acervo do SNI, como veremos, é composto de documentos produzidos por diferentes órgãos de informações, muitos dos quais tinham representações em diversas cidades. No caso de Rio Grande, por exemplo, a Polícia Federal, o Exército, a Marinha do Brasil e a Polícia Civil mantinham órgãos de informações na cidade, com agentes que espionavam e recorriam a informantes. Para produzir os dossiês que compõem o seu acervo, a Agência Central ou a Agência Porto Alegre do SNI podiam recorrer a esses órgãos. Assim, o acervo contém documentos produzidos *in loco* na cidade, além daqueles elaborados na capital do estado que versam sobre acontecimentos ocorridos no município em questão.

Tanto para desenvolver a reflexão sobre a viabilidade da pesquisa sobre a história local da ditadura por meio do acervo do SNI quanto para pontuar os cuidados metodológicos necessários, é imprescindível conhecer os produtores do referido acervo. Os órgãos de informações foram centrais ao exercício do poder discricionário na ditadura. Entretanto, seus objetivos, seus métodos e sua prática cotidiana diferiam muito daqueles empregados pelos órgãos de repressão, ou de *segurança*, como eram chamados

---

<sup>1</sup> O relatório da Comissão Sindical da Verdade Luiz Laurino está em trâmites de publicação em outubro de 2025.



os componentes do aparato repressivo “legal”<sup>2</sup>, como os DOI-CODI e os DOPS, e ilegal, como o Dopinha e a OBAN (FICO, 2009, p. 145). Enquanto estes dedicavam-se primordialmente à repressão violenta contra grupos e indivíduos que se opunham à ditadura, em diferentes graus de organização e formas de ação, os órgãos de informações tinham sua ação voltada a espionar esses grupos e indivíduos, mas também empresas, empresários, membros do clero e diversos outros, atuantes em diferentes setores sociais, como a educação. O objetivo de sua espionagem era produzir informações que serviriam de subsídio à repressão violenta e à tomada de decisões políticas por parte dos dirigentes do Estado. Por esse motivo, parte de seus documentos versam, por exemplo, sobre aliados da ditadura atuantes em autarquias, partidos políticos e associações civis e militares.

Isso não exclui o fato de que órgãos de *segurança* também produziram e arquivaram informações sobre seus alvos, do que são exemplos os documentos da OBAN e do DOI-CODI do II Exército analisados por Mariana Joffily (2014). Inversamente, também é verdade que agentes de órgãos de *informações* – especialmente do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), do Centro de Informações do Exército (CIE) e do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) – envolveram-se em casos de prisões, interrogatórios sob tortura, mortes e atentados terroristas (FICO, 2009, pp. 143-146). Os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), vinculados às secretarias de segurança pública e às polícias civis dos estados, além disso, podem ser caracterizados como órgãos de segurança e de informações, visto que tanto as ações de espionagem quanto as de repressão eram práticas sistemáticas de seus agentes.

Demonstrada a viabilidade do acervo para a pesquisa histórica com recorte local e pontuados os cuidados metodológicos necessários, resta refletir sobre a sua pertinência a uma investigação que tenha como objeto as articulações entre empresários, militares, políticos de carreira e administradores públicos e privados em vistas de exercer poder na esfera local durante o regime ditatorial. A historiografia da ditadura, desenvolvida sobretudo a partir de universidades localizadas nos centros urbanos, políticos e econômicos do país, tende a representar como acontecimentos mais simbólicos daquele processo histórico, aqueles ocorridos nesses cenários, como também notou Cavalcanti Junior (2016, p. 9). No entanto, o golpe de Estado de 1964 representou uma tomada do Estado brasileiro em todas as suas esferas de poder. Em Rio Grande, por exemplo, a violenta repressão imediata ao golpe, o controle da oposição pelo medo e a intervenção militar direta no Poder Executivo e no Poder Legislativo municipais garantiram condições para diversos projetos da ditadura, como a anulação da estatização da refinaria Ipiranga, decretada pelo Presidente João Goulart em 13 de março de 1964, a privatização de serviços públicos ou sua entrega a

<sup>2</sup> O adjetivo “legal” se refere ao conjunto de órgãos do aparato repressivo que existiam oficialmente como parte do Estado brasileiro, compondo a estrutura do Poder Executivo federal ou dos estados. Quanto às suas práticas, tanto os órgãos repressivos legais quanto os ilegais foram responsáveis por crimes de violações sistemáticas de direitos humanos que eram ilegais mesmo na ditadura, como torturas, execuções sumárias e desaparecimentos.





companhias estaduais, como a CORSAN, e a instalação do Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG). Longe da pretensão de compreender o sentido histórico da ditadura em uma perspectiva localista e provinciana, que supervalorizaria o papel das tramas políticas municipais no direcionamento do regime ditatorial, defende-se que a investigação com recorte local é pertinente quando articulada à análise de determinantes mais amplas, referentes às esferas estaduais e federais do poder político.

Por fim, é válido questionar sobre a adequação da noção de ditadura empresarial-militar para pensar as formas assumidas pelas articulações políticas que dirigiram a ditadura em escala local. Apoiando-se em uma longa tradição de pesquisas sobre o papel central de grandes empresas e seus dirigentes no golpe de Estado de 1964 e na ditadura instaurada por meio dele, que tem na tese de René Dreifuss (1981) um marco importante, a noção de ditadura empresarial-militar foi melhor desenvolvida na obra coletiva “Empresariado e ditadura no Brasil” (CAMPOS; BRANDÃO; LEMOS, 2020). Seu objetivo é ressaltar

a significativa ação dos donos de empresa na derrubada do regime democrático, a flagrante participação desses agentes em postos relevantes no aparelho de Estado ao longo do regime, além de serem esses grupos beneficiados pelas políticas e medidas adotadas pela ditadura (CAMPOS; BRANDÃO, 2025, p. 11).

Em seu estudo sobre a participação de grandes empreiteiras de obras públicas na ditadura, embora tenha focado na esfera federal do Estado brasileiro, Pedro Campos apontou que é evidente também a presença de empresários nos governos estaduais e municipais da ditadura (2014, p. 330). Em Rio Grande, empresários não apenas tiveram participação nas conspirações golpistas e nos governos municipais militares instituídos com a ditadura, como empresas de setores estratégicos (pesca industrial, fertilizantes e petróleo) obtiveram vantagens e benefícios por políticas públicas instituídas pelo regime ditatorial. Em 1968, o município foi incluído na lista de áreas de segurança nacional, que perdiam a autonomia na escolha dos prefeitos municipais, sob a justificativa de sua importância na economia regional. Além disso, a partir de 1975, empresários dos setores estratégicos assumiram diretamente o poder local, na condição de prefeitos nomeados pela ditadura.

Este artigo é composto por três seções, além desta introdução e de suas considerações finais. A primeira seção apresenta o acervo do SNI e a estrutura, os objetivos e os métodos de ação dos órgãos de informações que produziram os documentos que o compõem. Pretende-se, com isso, demonstrar a viabilidade desse acervo como fonte primária para a pesquisa da história da ditadura em recortes espaciais locais e regionais. Além disso, desenvolve reflexões teórico-metodológicas sobre as especificidades do uso de “arquivos repressivos”, em especial os de órgãos de informações, na pesquisa histórica, em diálogo com pesquisadoras e pesquisadores com experiência no tema.





A segunda e a terceira seções deste artigo expõem análises de dossiês que compõem o acervo do SNI, visando refletir sobre a pertinência de uma história da ditadura empresarial-militar brasileira escrita por meio dessas fontes. O primeiro dossiê, analisado na segunda seção, evidencia irregularidades e ilicitudes nas relações entre um empresário local, a administração da Universidade e agências do Estado brasileiro. A partir desse caso, são debatidas questões relativas à corrupção de agentes públicos e privados, cuja negativa faz parte dos mitos erigidos pela memória oficial em torno da ditadura.

O segundo e o terceiro dossiês, analisados na terceira seção do artigo, também tratam da administração da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), apontando motivações identificadas pelos agentes dos órgãos de informações para a concessão de títulos de doutor *honoris causa* a militares que ocuparam cargos centrais no Estado brasileiro. A partir dos documentos, é possível refletir sobre o autoritarismo na administração universitária e o papel de cumplicidade com a ditadura desempenhado por essas instituições. A pertinência dessa informação vincula-se diretamente ao tempo presente, marcado pela revogação desses títulos e por manifestações favoráveis e contrárias a essa revogação que, contando com a participação direta do comandante da Marinha do Brasil, alcançaram repercussão incomum para casos semelhantes através dos meios de comunicação.

## O acervo do SNI como fonte para a pesquisa histórica

O acervo do SNI é composto de mais de duzentos e vinte mil microfichas, cada uma delas com até noventa fotogramas, totalizando mais de dez milhões de páginas de texto sobre o período de 1964 a 1990 (ISHAQ; FRANCO, 2008, p. 30). Seu recolhimento ao Arquivo Nacional foi determinado pelo Decreto 5.584, de 18 de novembro de 2005, junto dos acervos do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigação (CGI), até então sob guarda da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). A disponibilização ao público se deu a partir de 2006, por meio de consultas com finalidades acadêmicas e comprobatórias sujeitas à restrição de dados pessoais de terceiros. Tais restrições foram abolidas pela Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, que em seu artigo 21 determina que “documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso”. Posteriormente, o acervo do SNI foi digitalizado e integrado à base de dados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)<sup>3</sup>, o que tornou possível a pesquisa virtual.

<sup>3</sup> O Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) é acessível a qualquer pessoa com login na plataforma Gov.br por meio do site <https://sian.an.gov.br/>. Acesso: 3/9/2025.







O acervo do SNI é identificado no SIAN pela sigla V8, sendo dividido em documentos micrográficos (MIC) e textuais (TXT). A seção micrográficos é subdividida em agências (GNC) e prontuários (PTR), enquanto os documentos textuais são dispostos em 8 (oito) categorias. A subseção agências respeita a estrutura organizacional do SNI, apresentando séries documentais da unidade central e das regionais. Dentre elas, a série da Agência Porto Alegre (APA), responsável pela área do Rio Grande do Sul e identificada, no acervo, pela sigla GGG. Assim, um documento referenciado como BR DFANBSB V8 MIC GNC GGG pertence ao fundo do SNI, seção de micrográficos, subseção agências, série Agência Porto Alegre. A numeração ao final da sequência identifica cada dossiê, permitindo sua localização imediata por meio do mecanismo de busca do SIAN. A maioria dos documentos analisados nas pesquisas de referência desta reflexão metodológica pertencem à série Agência Porto Alegre, sendo este o caso dos dois dossiês analisados neste artigo.

Os dossiês são compostos por “documentos pertinentes a um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato, produzidos ou recebidos pelo SNI” (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 60), e são chamados de Arquivos Cronológicos de Entrada (ACE), respeitando a nomenclatura dada pelo Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação (Sardi) do SNI na década de 1980. Conforme Vivien Ishaq e Pablo Franco (2008, p. 30), que atuaram na organização e disponibilização do acervo no Núcleo dos Acervos da Ditadura Militar da Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília,

O acervo do SNI é composto por documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações – SisNI (em microficha), como a Polícia Federal e os serviços secretos das Forças Armadas; no conjunto do acervo do SNI, encontram-se 3.757 dossiês produzidos pelo Centro de Informações do Exército – CIE, 311 pelo Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica – CISA e 220 pelo Centro de Informações da Marinha – CENIMAR.

A diversidade na origem dos documentos que compõem os ACE é explicada pelo imperativo de circulação das informações por todos os órgãos interessados. Por esse motivo, o conjunto de órgãos de espionagem da ditadura ficou conhecido pela alcunha *comunidade de informações*, termo que apareceu pela primeira vez em um livro escrito por um general estadunidense, publicado no Brasil pela Biblioteca do Exército, em 1967, que era referência nos cursos da Escola Nacional de Informações (EsNI). Com sede em Brasília, a EsNI foi criada em 1971 para oferecer cursos de formação em contraespionagem, contrainformação, operações, análise de propaganda, segurança das comunicações, retrato falado e outros temas relevantes aos agentes do SNI e dos demais órgãos de informações (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, pp. 109 e 139). Em 1970, os órgãos da *comunidade de informações* foram reorganizados no Sistema Nacional de Informações (SisNI), que deveria ser coordenado pelo Serviço Nacional de Informações





(SNI), e foram criadas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) em autarquias e empresas públicas, que respondiam às Divisões de Segurança e Informações (DSI) instaladas no âmbito da administração superior de cada Ministério.

No acervo do SNI, há dossiês compostos por documentos produzidos por uma única agência do Serviço e há, também, dossiês feitos de documentos produzidos no ciclo de comunicação entre diferentes órgãos de informações. Por exemplo, a Agência Central do SNI poderia remeter um Pedido de Busca (PB) à Agência Porto Alegre, solicitando a verificação de registros em nome de uma pessoa na agência de destino, a fim de avaliar sua recomendação a um cargo na administração pública. A Agência Porto Alegre, nesse caso, remeteria à Agência Central do SNI um Informe ou uma Informação contendo os registros constantes em seus arquivos sobre o nominado no PB, transmitindo também o conceito que dele faziam os agentes naquele momento. Em 1982, por exemplo, a Agência Central do SNI remeteu o PB 31/752/APA/13SET82 à Agência Porto Alegre, solicitando o “conceito atual” e “posicionamento político-ideológico” do professor da FURG e major da reserva do Exército Antônio de Pinho Maçada, a fim de avaliar sua matrícula em curso da Escola Superior de Guerra (ESG), ao qual a APA/SNI respondeu em tom elogioso (ARQUIVO NACIONAL, 1982). Identificado não como militar, mas como professor, Antônio de Pinho Maçada está listado como diplomado do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE/ESG), na turma de 1983 (BRASIL, 2022).

Para analisar a documentação do acervo do SNI, é necessário conhecer os seus diferentes tipos. Informes, por exemplo, eram dados que ainda não haviam passado por um processamento mais minucioso, sendo geralmente oriundos dos registros das agências ou de informantes anônimos (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 178). Já as Informações são o resultado da verificação dos dados informacionais levantados no órgão de inteligência, realizada por funcionários no cargo de “analista de informações”, que eram apresentadas como “confirmadas” e, por isso, de maior validade para subsidiar as ações repressivas e a tomada de decisões pela administração federal (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 177). Na prática, entretanto, as diferenças eram sutis, e os limites entre Informes e Informações sempre eram respeitados.

Alguns ACE incluem ainda Levantamentos de Dados Biográficos – Fichas nominais com registros sobre dados pessoais, atividades profissionais e políticas remetendo, inclusive, ao período anterior ao início da ditadura, por vezes empregadas em ações repressivas retroativas – e Fichas Sintéticas de Apreciação – Fichas de análise dos dados biográficos, utilizadas para facilitar a tomada de decisões administrativas, com perguntas objetivas a respeito da caracterização ideológica dos epigrafados e da conveniência ou não de seu aproveitamento em cargos de chefia, cursos de pós-graduação ou da Escola Superior de Guerra, por exemplo (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 200).





Juntamente dos conjuntos documentais produzidos por órgãos de *segurança*, como fichas de interrogatório, os documentos dos órgãos de *informações* são entendidos como “arquivos da repressão”. Tais arquivos são definidos pela importância de seus dados na consecução das estratégias de implementação do terrorismo de Estado, mas, em contextos democráticos, podem ser usados promover o conhecimento de crimes e a reparação, na medida do possível, a vítimas de graves violações de direitos humanos (BAUER, 2012, pp. 259-260).

Entretanto, documentos de órgãos repressivos costumam apresentar “deliberada ocultação dos métodos violentos de obtenção de informações, das mortes ocorridas em cárcere, dos estados de saúde dos depoentes, das ações clandestinas de repressão (...)” (JOFFILY, 2014, p. 18). No caso específico dos documentos de órgãos de informações, os dados apresentados refletem a estratégia de amplificar as “ameaças” representadas por opositores como forma de justificar não apenas a permanência da ditadura como a necessidade de investimentos nos próprios órgãos de espionagem (JOFFILY, 2014, p. 18). A produção e a circulação de informações pela ditadura foram influenciadas por questões relativas à disputa por poder, sobretudo no longo e controlado processo de distensão e democratização, ao qual a *comunidade de informações* procurava resistir como podia. Nesse processo, verifica-se um crescente aspecto de paranoia na documentação analisada, fazendo com que mesmo alguns aliados da ditadura sejam, vez ou outra, taxados de “comunistas”. Como afirma Carlos Fico (2009, p. 147), “o SisNI era, basicamente, um sistema leviano de inculpação de pessoas, orientado pela desconfiança generalizada (...)”, baseado na “certeza” da existência de uma conspiração comunista global que mobilizaria “incautos” e agiria dissimuladamente, justificando a acusação de “comunista” lançada por um chefe de repartição sobre qualquer desafeto seu a quem desejasse bloquear a ascensão na carreira, por exemplo.

Tendo em vista os métodos e os objetivos da *comunidade de informações*, o uso do acervo do SNI como fonte histórica exige o levantamento de dois problemas. O primeiro, que também foi explorado por Mariana Joffily (2014, p. 4), é referente ao tipo de “(...) verdade passível de ser extraída de documentos gerados em um contexto de perseguição política (...)”? Assim como toda e qualquer fonte histórica, o acervo do SNI possui suas peculiaridades, que precisam ser identificadas e envolvidas em uma crítica teórico-metodológica, como a que é proposta aqui, para que se evite tanto a aceitação ingênua de suas afirmações quanto o descarte prematuro de suas potencialidades. É necessário rigor metodológico para analisar suas contradições internas, identificando pontos de maior e de menor confiabilidade das informações apresentadas e cotejar as fontes disponíveis sobre um mesmo tema, de diferentes procedências, de modo que se possa chegar, sempre que possível, à comprovação. Quando isso não for possível, entretanto, é necessário que se explicita a dúvida, aceitando o fato de que o conhecimento histórico nunca é absoluto e é necessariamente construído de forma coletiva.





A necessidade de espaço para a incerteza está relacionada a outro “problema” do uso do acervo do SNI como fonte. Contendo registros de atos ilícitos, por vezes guiados por “paranoias”, eticamente condenáveis e, em alguns casos, evidenciando violações de direitos humanos, os documentos em questão têm grande potencial para afetar a sociedade que receberá a sua análise. Como veremos, há documentos que levantam suspeitas e, em alguns casos, evidências de atos ilícitos cometidos por agentes públicos e privados, com finalidades econômicas e recurso a acessos privilegiados ao poder político. A divulgação desses casos e dos nomes envolvidos, que por um lado cumpre um papel no conhecimento da verdade histórica e contribui para derrubar o mito segundo o qual a ditadura foi “livre de corrupção”, mito este erigido pela própria ditadura, por outro lado representa o risco de expor suspeitos de ilicitudes baseando-se em informações produzidas por métodos e com objetivos que não eram apenas o estabelecimento da verdade. Assim, o rigor nos critérios para diferenciar o que resta comprovado do que paira como suspeita, e mesmo estabelecer gradações nesta suspeição, é primordial na pesquisa com esse tipo de fonte.

Joffily (2014, pp. 5-6) chama a atenção para a necessidade de atenção a atributos dos documentos que “parecem secundários, mas que são fundamentais no entendimento de suas funções: por quem é produzido, a quem é destinado, os carimbos que o percorrem, as assinaturas que nele constam, se é ou não redigido em papel timbrado”. Seguindo essa orientação, as análises dos três dossiês presentes nas duas seções seguintes deste artigo se iniciam com uma apresentação de cada um deles.

### **Benefícios e impunidade nas relações entre empresários e a ditadura**

O primeiro dossiê é o ACE 4441/82, da Agência Porto Alegre (APA) do SNI, que contém apenas um documento. A Informação nº 110/18/APA/1975, produzida em 12 de setembro de 1975 e classificada como confidencial. O documento tem seis folhas datilografadas, todas elas com o carimbo da APA, a classificação “CONFIDENCIAL” e o numeral “04441”. A primeira página tem papel timbrado e anotações arquivísticas feitas à mão na margem inferior. O assunto é descrito como “Cessão de terrenos de Marinha à Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande LTDA – HABICOP. (Decreto Nº 75.964 de 11/07/75 – DOU de 14/07/75)” (BRASIL, 1975, p. 2). A folha de rosto determina que a “difusão” da Informação na *comunidade* deveria se dar por meio de seu envio à Agência Central do SNI. Além disso, anuncia que vinte e seis folhas de documentação sobre o assunto estão anexas à Informação, mas “o anexo não acompanhou o presente ACE e nem permaneceu no ‘Arquivo de Anexos’ da APA” (BRASIL, 1975, p. 7), como se lê na última página, datilografado na margem esquerda em sentido vertical.



A produção do documento foi motivada pela contrariedade da Delegacia do Banco Nacional da Habitação (BNH) com relação ao decreto presidencial nº 75.964, assinado pelo ditador general Ernesto Geisel em 11 de julho de 1975, que concedia terrenos acrescidos de marinha<sup>4</sup> em Rio Grande ao Banco Nacional de Habitação (BNH), para a realização de planos habitacionais, porém sob a condição expressa de que a execução do projeto seria entregue à Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande Ltda – HABICOP. Tal determinação retirava do BNH a prerrogativa legal de escolher o agente que “melhor credenciais apresente não só quanto à viabilidade econômica do Plano, como quanto à idoneidade moral e profissional” (BRASIL, 1975, p. 3). Mesmo ferindo as atribuições legais do BNH, a denúncia da irregularidade beneficiando a cooperativa não parece ter saído dos círculos confidenciais para alcançar a devida investigação judicial. Em consulta a bases digitais de normas legislativas brasileiras foi possível confirmar o conteúdo do decreto mencionado e ainda que o beneficiamento foi efetivo, uma vez que ele somente foi revogado por outro decreto em 15 de fevereiro de 1991.

Conforme a Informação, a HABICOP era presidida por Cléo Gilberto Geraldo Lages, irmão de João Marinômio Carneiro Lages, ex-presidente da cooperativa que agia “como se Presidente fosse” (BRASIL, 1975, p. 3). A Informação passa a relatar, então, os “antecedentes” que Lages possuía em seus registros, recorrendo a diversos Informes para, em seguida, anunciar o que foi constatado em processamento desses Informes realizado em maio de 1975, quando Lages foi cogitado para o cargo de prefeito nomeado de Rio Grande.

Os Informes referenciados cobrem o período entre abril de 1973 e fevereiro de 1974, levantando suspeitas de ilícitudes e irregularidades administrativas de responsabilidade de João Lages na execução de suas atividades privadas, na função de vice-reitor da Fundação Universidade do Rio Grande e no exercício do cargo que ocupava no Banco do Brasil. Dentre essas, o processamento confirmou que Lages “realmente pressionou o reitor da FURG” (BRASIL, 1975, p. 6), o professor Euripedes Falcão Vieira, a solicitar ao prefeito a modificação de uma cláusula para permitir o loteamento de uma parte da área doada à Universidade, com a construção de casas populares através da cooperativa que dirigia. A Informação confirma também que Lages nomeou um colega seu do Banco do Brasil como representante da FURG em Brasília com o objetivo de que este, na verdade, representasse os seus interesses de negócios junto ao BNH. Além disso, é confirmado que Lages teria proposto ao reitor da FURG para que permanecesse recebendo os vencimentos da função de vice-reitor caso fosse nomeado prefeito de Rio Grande, o que acabaria não acontecendo. Note-se que as três

<sup>4</sup> Terrenos acrescidos de marinha são porções de terras formadas natural ou artificialmente, por aterro, em locais onde havia mangues, praias ou canais marítimos até 1831, ano de referência para a Linha do Preamar Média (LPM), de acordo com o Decreto-Lei nº 9.760, de 1946. São bens da União, podendo ser cedidos, em regime de aforamento, agentes privados. Cf.: BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Portal Gov.br. Terrenos de Marinha. Disponível em:

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/terrenos-de-marinha>. Acesso: 5/10/2025







confirmações estão relacionadas à FURG, o que sugere que fontes internas à Universidade foram mobilizadas no processamento dos Informes.

Sobre seus negócios privados, a Informação recorre a declarações feitas por Carlos Alberto Medeiros Morganti, delegado do Serviço de Patrimônio da União no Rio Grande do Sul, à Delegacia local do BNH, afirmando que Lages pressionava e ameaçava de “represálias a famílias humildes que se encontravam na posse” de terrenos acrescidos de marinha para que transferissem os mesmos para o nome dele (BRASIL, 1975, p. 7). Essa confirmação é exemplar dos métodos do SNI, ao apoiar a confirmação de uma suspeita na autoridade de um alto funcionário da burocracia estatal em posição de ter conhecimento sobre o tema, mas sem recorrer a provas diretas de suas suspeições.

A Informação apresenta também comentários sobre aspectos da atuação profissional e da personalidade de Lages, afirmando que “trata-se de um homem culto, (...) pessoa introvertida, ambiciosa e calculista (...) sendo um dos homens mais ricos de Rio Grande. Tem verdadeira obsessão por dinheiro” e que “no Banco do Brasil, nunca se dedicou integralmente às suas funções, relegando-as a um segundo plano, em proveito de suas inúmeras atividades particulares” (BRASIL, 1975, p. 5). Nota-se, por meio deste tipo de comentário recorrente ao longo do documento, a importância dada ao “conceito” que autoridades públicas e os próprios agentes faziam da pessoa sobre quem era produzida a Informação.

Por fim, a Informação registra que a Delegacia do BNH de Porto Alegre encaminhou à autoridade superior do banco uma extensa análise do caso, que seguiria em anexo ao documento, sugerindo a revogação do artigo do decreto que favorecia explicitamente a HABICOP. Como vimos, no entanto, o anexo não foi arquivado e a sugestão de revogação do decreto não foi acatada.

Esse dossiê demonstra um aspecto do acervo do SNI que não é tão evidente a quem o conhece apenas externamente, pois trata de um caso de beneficiamento direto a um empresário por decisão administrativa da Presidência da República, que foi mantida mesmo tendo causado conflitos internos à burocracia estatal. Ele revela, por um lado, a influência que esse empresário de atuação local, na cidade de Rio Grande, alcançou nos altos escalões da administração pública federal. Visto que o conceito que o órgão de informações fazia desse empresário não era dos melhores, o que é expresso nesse documento e em outros, por exemplo quando o SNI se contrapôs à sua nomeação ao cargo de prefeito (BRASIL, 1975b), tudo leva a crer que sua influência estava baseada na riqueza que havia acumulado, dentre outras formas, por meio de negócios com o BNH. Por outro lado, a Informação evidencia como decisões de grande impacto econômico e social podiam ser tomadas de forma unilateral e centralizada, sem respeitar as atribuições de órgãos criados pela própria ditadura.

O decreto não indica o motivo da indicação expressa da cooperativa de Lages para a execução do projeto. Poder-se-ia argumentar que a HABICOP era a mais capacitada para a obra, mas, nesse caso, seria esperado que o BNH a escolhesse, sendo desnecessária a cláusula polêmica do decreto. Independentemente do motivo, o decreto de cessão de terrenos acrescidos de marinha à execução de projetos habitacionais em





benefício exclusivo da HABICOP pode ser entendido como um caso de “corrupção legalizada” da ditadura. Isso porque, como já ficou demonstrado, ele subvertia o processo decisório instituído para entregar bens da União a uma empresa cooperativa que é descrita na Informação como sendo praticamente uma propriedade de Lages. O conhecimento de casos como esse é relevante para a compreensão de que a colaboração e os benefícios mútuos entre empresários e o Estado que permitem caracterizar a ditadura como “empresarial-militar” não se restringiram à esfera federal da administração pública, mas estenderam-se mesmo aos pequenos e médios municípios, guardadas as proporções. Por fim, é relevante notar que o caso tratado na Informação revela outro aspecto da impunidade da ditadura, uma vez que as diversas suspeitas levantadas no documento não foram encaminhadas a uma devida investigação judicial, permanecendo desconhecidas também do público em geral, uma vez que eram informações confidenciais.

### **Tráfico de influência e autoritarismo na administração universitária**

Nessa seção, são analisados conjuntamente dois dossiês do acervo do SNI. O primeiro deles é o ACE 1056/80, também da Agência Porto Alegre do SNI, que contém o Informe nº 002/117/APA/80, com seis folhas, e seis documentos em anexo, totalizando 63 (sessenta e três) páginas. A primeira folha do Informe também tem papel timbrado, e todas elas contém os mesmos carimbos do anterior. A data de produção do Informe é 7 de janeiro de 1980, e seu assunto é a “Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), em Rio Grande/RS”. O Informe respondia a um Pedido de Busca de 1º de novembro de 1979, e deveria ser remetido à Agência Central do SNI. O documento traz uma avaliação A/1, demonstrando estar no mais alto grau de confiabilidade para o órgão de informações.

O documento traz os dados obtidos com informantes e nos registros da agência sobre denúncias relativas à administração da FURG feitas em uma carta que havia sido enviada, em 1979, ao Ministro-Chefe do SNI, general Otávio Medeiros. A autoria da carta era atribuída a João Rocha, professor da FURG. Entretanto, após a divulgação da missiva pelo senador Paulo Brossard (PMDB/RS), o professor João Rocha negou sua autoria, que acabou por ser atribuída a estudantes da FURG não identificados (ARQUIVO NACIONAL, 1980b).

Uma das denúncias da carta que, segundo o Informe, foi confirmada por informantes do SNI na FURG, dizia que o reitor Fernando Lopes Pedone havia ameaçado todos os componentes do Conselho Universitário, afirmando que “(...) já havia falado com a Polícia Federal, a cujo órgão enviaria os nomes dos membros do Conselho que ‘complicassem’ o andamento das reuniões” (ARQUIVO NACIONAL, 1980, p. 4). O Informe também registra como sendo um fato a denúncia de que “a reitoria contratou funcionários (...) com o mister de controlar e fiscalizar os professores em sala de aula, no que se refere à assiduidade e ao cumprimento integral dos períodos de aula” (ARQUIVO NACIONAL, 1980, p. 5).





O recurso a ameaças e o emprego de funcionários destinados ao controle docente visavam à disseminação de um estado de medo constante na comunidade acadêmica, o que servia à centralização do poder nas mãos do reitor Pedone. Outro aspecto dessa estratégia era a constante menção a amigos, parentes e aliados de influência na ditadura, sobretudo militares de alta patente ocupando cargos políticos. Nesse sentido, o Informe apurou que

a condição de grande amigo e sobrinho do general Golbery (do Couto e Silva), que estaria sendo propalada pelo reitor (...), é dada por informante como de conhecimento público e notório, em Rio Grande/RS, sendo aquela autoridade contumaz no tráfico de influência (ARQUIVO NACIONAL, 1980, p. 6).

Seja como “tráfico de influência”, buscando manter-se no cargo de gestão da Universidade ou aumentar seu poder e sua influência sobre a Instituição, seja como ameaça a possíveis opositores na administração universitária ou mesmo como meio de cultivar o medo em quem levantasse suspeitas sobre sua gestão, esse e outros documentos apontam que o reitor Pedone mobilizou intensamente o argumento de seu parentesco e suposta proximidade com o general Golbery do Couto e Silva.

Em dezembro de 1980, o reitor Pedone outorgou o título de Doutor “*Honoris Causa*” ao general e ministro, o que seria justificado como um agradecimento por seu empenho em prol da consolidação da Universidade (FURG, 1981). De fato, em 1979, a Câmara Municipal de Rio Grande enviou um telegrama ao general e ministro Golbery do Couto e Silva, pedindo sua intercessão na liberação de verbas complementares que possibilitariam a extinção da cobrança de mensalidades na FURG, o que foi atendido pelo MEC a partir de 1981 (COSTA; SETTI, 2023, p. 26). Nas elaborações de memórias da comunidade universitária, entretanto, o papel do general Golbery em prol da FURG é muitas vezes aumentado, sendo comuns, inclusive, referências a supostas intercessões dele pela criação da Universidade, em 1969. Na verdade, durante os governos dos ditadores general Costa e Silva (1967-1969) e general Médici (1969-1974), o general Golbery esteve afastado da administração federal direta, retornando apenas com a posse do ditador general Geisel, em 1974.

O segundo dossiê, cuja análise complementa a que foi realizada até aqui, é o ACE 9533/84, que contém o Informe nº 185/19/APA, produzido pela Agência Porto Alegre do SNI em 23 de agosto de 1984, e quatro documentos anexos. O Informe tem oito páginas, a primeira delas em papel timbrado e todas contendo os mesmos carimbos de “CONFIDENCIAL”, do número do ACE e da agência produtora. O seu assunto é o “processo de escolha da lista sêxtupla para o cargo de reitor da Fundação Universidade do Rio Grande - FURG”, e sua difusão deveria se dar com o envio à Agência Central. Assim como o outro, esse Informe traz uma avaliação A/1, demonstrando estar no mais alto grau de confiabilidade para o órgão de informações.





O anexo contém uma carta da Associação dos Professores da Fundação Universidade do Rio Grande (APROFURG) à “comunidade universitária rio-grandina”, escrita em assembleia no dia 28 de junho de 1984; algumas páginas das edições nº 4 e nº 5 do boletim informativo “Pó-de-giz”, da APROFURG; e um *curriculum vitae* do professor Jomar Bessouat Laurino, que à época era um dos cotados para o cargo de reitor. O dossiê completo, com o informe e os anexos, tem trinta e três páginas.

O ponto do Informe que interessa à presente análise é o de número cinco, que afirma que

com a queda do Ministro Golbery (responsável principal pela sua ascensão à reitoria e posterior recondução), Pedone, com o respaldo da pesquisa oceanográfica, aproximou-se da Marinha do Brasil, na pessoa do então Ministro Maximiano da Fonseca, de quem recebeu, posteriormente, a medalha de Amigo da Marinha, com a qual tenta autopromover-se internamente. Em contrapartida, concedeu ao ex-Ministro da Marinha o título de “Doutor Honoris Causa”, visando garantir sua simpatia e o trunfo político. Até a presente data, Maximiano não foi a Rio Grande receber o seu título (ARQUIVO NACIONAL, 1984, p. 4)

Com o general Golbery novamente afastado da administração federal direta em 1984, frustravam-se as tentativas do reitor Pedone em referir-se à proximidade entre eles com fins de ameaças e tráfico de influência. Conforme o documento do SNI, teria sido esse o motivo para que o CONSUN outorgasse, por intermédio da Resolução nº 002, de 3 de julho de 1984, o título de Doutor “*Honoris Causa*” ao Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha no governo do ditador general João Figueiredo (1979-1985) (FURG, 1984). A tendência à centralização autoritária do poder nas mãos de ocupantes de cargos administrativos, respaldados por poderosos militares ativos na política, era uma característica geral da ditadura empresarial-militar brasileira. Cabe lembrar que os generais Emílio Garrastazu Médici e Golbery do Couto e Silva e o almirante Maximiano Eduardo da Fonseca, homenageados com o título de Doutor “*Honoris Causa*” pela FURG respectivamente em 1972, 1980 e 1984, foram identificados responsáveis político-institucionais por graves violações de direitos humanos durante a ditadura (BRASIL, 2014, pp. 847, 850 e 851).

Já antes do golpe, o general rio-grandino Golbery do Couto e Silva coordenou as articulações entre o empresariado e os chefes militares, presidindo o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Com o assalto do poder, Golbery foi responsável pela criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), tornando-se, em junho de 1964, seu primeiro Ministro-Chefe. No posto de Capitão de Fragata da Marinha do Brasil, Maximiano Eduardo da Fonseca comandou, em 1964, o Navio de Pesquisa Hidrográfica *H-22 Canopus*, quando este esteve ancorado no Canal de Rio Grande e serviu de centro clandestino de detenção para ao menos 22 presos políticos. Ressalve-se que o registro do número de detidos no navio refere-se àqueles que foram entregues a outros órgãos repressivos quando da partida da embarcação com destino ao Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1964 (CASTRO, 2016, p. 135). É provável que outras pessoas tenham sido temporariamente detidas no navio, que adquiriu, no imaginário popular local, a qualificação de sinônimo da repressão política da ditadura em seus primeiros





dias. Sobre isso, sabe-se, por exemplo, que o ex-prefeito Farydo Salomão declarou ter sido preso no Canopus por algum tempo, mas não há registros de sua detenção no livro do navio.

Seja pela motivação do “tráfico de influência”, visando à manutenção do poder autoritário e centralizado pelo reitor Pedone, seja pela atuação dos dois militares em contrariedade aos princípios democráticos, desrespeito à Constituição de 1946 e responsabilidades em violações de Direitos Humanos, é plenamente coerente que, no regime democrático que atualmente vivemos, a Universidade Federal do Rio Grande tenha promovido a revogação dos títulos de doutorado “*Honoris Causa*” outorgados naquela conjuntura ditatorial (FURG, 2024). Diversas outras universidades do país também tomaram, nos últimos anos, a decisão de revogar títulos honoríficos concedidos a responsáveis político-institucionais por graves violações de direitos humanos durante a ditadura, conforme foi recomendado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014, p. 974). O caso da FURG, no entanto, se destaca dos demais pela repercussão midiática que alcançou, talvez pela característica incomum de envolver um militar da Marinha do Brasil. No dia 8 de abril de 2024, três dias após a decisão que revogou os títulos, o Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, comandante da Marinha, enviou uma carta à FURG em nome da Força que comandava, repudiando a anulação do título do almirante Maximiano. Poucos dias depois, o Movimento Aliança Rio Grande, que reúne empresários de atuação local, e o Centro de Dirigentes Lojistas (CDL) da cidade divulgaram nota de repúdio à FURG pela decisão, acusando a Instituição de “tentar mudar a história por atos” (GRUPO OCEANO, 2024). Nesse caso, a nota repudiava a anulação dos três títulos, argumentando que seus beneficiários seriam merecedores por possuírem “um legado de trabalho que perdura até hoje” na Universidade. A respeito da responsabilidade político-institucional dos homenageados por crimes contra os direitos humanos na ditadura, no entanto, nem o comandante Olsen nem os empresários de Rio Grande dizem sequer uma palavra. O caso serve como lembrança de que a disputa pelos sentidos do passado está aberta e é parte fundamental das estratégias de grupos que visam influir nos destinos políticos do país, desde suas esferas locais, como o município de Rio Grande e sua Universidade, até a esfera federal.

## Considerações finais

Com as análises dos dossiês, procurou-se demonstrar a riqueza do acervo do SNI como fonte para uma história da ditadura empresarial-militar brasileira com recorte geográfico local. Nos documentos, há informações sobre benefícios obtidos por meio de relações entre empresários, administradores e integrantes do alto escalão da ditadura. Em sua maioria, tais informações são de difícil acesso por outros meios, uma vez que, como no exemplo sobre o empresário João Lages, não deram origem a investigações judiciais, tendo permanecido confidenciais.





As relações de Lages e do reitor Pedone com os altos escalões da ditadura, registradas na documentação analisada, são pertinentes à compreensão das dinâmicas locais da ditadura empresarial-militar. Não seria possível compreender o poder exercido localmente por essas e outras personagens sem levar em conta a dimensão nacional, de centralização do poder da ditadura em Brasília. Por outro lado, a história da ditadura não estaria completa se negligenciasse os papéis desempenhados por poderosos locais, amparados também em seus próprios mecanismos de poder.

A guisa de conclusão, ressalte-se a imprescindibilidade de um rigor metodológico apurado no trato com esse tipo de documento. Pode-se argumentar, sem faltar à verdade, que essa é uma necessidade comum ao ofício do historiador. No entanto, os métodos de produção de Informes e Informações, com o recurso a informantes anônimos e marcados pela paranoia anticomunista da *comunidade de informações*, fazem com que sejam necessários alguns cuidados a mais. A diferenciação entre Informes e Informações não parece ser suficiente para precisar dados confirmados, visto que os limites entre os tipos documentais são maleáveis. Entretanto, as análises apresentadas neste artigo demonstram que seria um erro descartar o acervo do SNI como fonte por conta dos métodos empregados em sua produção. Ao invés disso, convém recordar a necessidade de cotejá-los com outros tipos de documento e respeitar o espaço de dúvida, sempre que ele exista.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL. **ACE 4441/82**. Cessão de terrenos de Marinha à Cooperativa Habitacional dos Operários de Rio Grande LTDA – HABICOP. (Decreto Nº 75.964 de 11/07/75 – DOU de 14/07/75) - APA.SNI 1975. Fundo SNI. Ref.: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_82004441.

ARQUIVO NACIONAL. **ACE 11810/85**. Candidatos à prefeitura de Rio Grande/RS - Processamento de denúncias formuladas contra os candidatos - APA.SNI 1975b. BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_85011810.

ARQUIVO NACIONAL. **ACE 1056/80**. Fundação Universidade do Rio Grande, em Rio Grande RS – APA.SNI 1980. Fundo SNI. Ref.: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_80001056.

ARQUIVO NACIONAL. **ACE 1502/80**. Fundação Universidade do Rio Grande, em Rio Grande RS – APA.SNI 1980b. Fundo SNI. Ref.: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_80001502.

ARQUIVO NACIONAL. **ACE 5343/82**. Antônio de Pinho Maçada. AC.SNI 1982. Fundo SNI. Ref.: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_82005343.

ARQUIVO NACIONAL. **ACE 9533/84**. Processo de escolha da lista sêxtupla para o cargo de reitor da Fundação Universidade do Rio Grande – FURG – APA.SNI 1984. Fundo SNI. Ref.: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_GGG\_84009533.



BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final**. 2014. V. 1.

BRASIL. Portal GOV.BR - Ministério da Defesa - Escola Superior de Guerra – Diplomados CAEPE Turma 1983. Publicado em 19 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/a-esg/diplomados/turmas-de-1980-a-1989>. Acesso: 19 de junho de 2023.

CAMPOS, Pedro. **Estranhas catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói, RJ: EDUFF, 2014.

CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael; LEMOS, Renato (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael. Estudos sobre empresas e regimes ditatoriais no século XX: agenda internacional de pesquisa e avanços recentes no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 85, 2025, pp. 1-20.

CASTRO, Robert. Na esteira da memória: a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande – RS (1962-1964). Dissertação (Mestrado em História). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2016.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary. A ditadura civil-militar (1964-1985) no âmbito do regional e do local - uma breve abordagem. **Revista eletrônica discente História.com**. v. 3, n. 5, 2016, pp. 4-11.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, nov. 2005, pp. 83-106.

COSTA, Leandro; SETTI, Nicolas. **APROFURG: 40 anos de história, memórias e lutas**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2023.

DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil republicano**. Vol. 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 135-178.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE – FURG. **Resolução nº 01/81, de 02 de janeiro de 1981**. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/resolucoes/resolucoes-1981/resolucao-1981-001>. Acesso: 1º/02/2024.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE – FURG. **Resolução nº 002/84, de 03 de julho de 1984**. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/resolucoes/resolucoes-1984/resolucao-002-1984>. Acesso: 1º/02/2024.





**G1. Marinha critica FURG por cassar título de doutor honoris causa de ministro da ditadura.** Publicado em 15/4/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/04/15/marinha-critica-furg-por-cassar-titulo-de-doutor-honoris-causa-de-ministro-da-ditadura.ghtml>. Acesso: 10/10/2025.

**GRUPO OCEANO. Movimento Aliança Rio Grande e CDL divulgam nota de repúdio à FURG pela cassação de título de ex-almirante.** Publicado em 13/4/2024. Disponível em: <https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/movimento-alianca-rio-grande-e-cdl-divulgam-nota-de-repudio-a-furg-pela-cassacao-de-titulo-de-ex-almirante-34321/>. Acesso: 10/10/2025.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Tereza. **A escrita da repressão e da subversão (1964-1985).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo. Os acervos dos órgãos federais de informações e segurança do regime militar no Arquivo Nacional. **Acervo.** Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2008, pp. 29-42.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões.** vol. 32, 2014, p. 2-28.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Consun aprovou cassação de títulos honoríficos outorgados no período ditatorial no Brasil.** Rio Grande, 5 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/consun-aprovou-cassacao-de-titulos-honorificos-outorgados-no-periodo-ditatorial-no-brasil-2>. Acesso: 1º de maio de 2024.